

1981, mais um ano de ilusões perdidas.

Uma avaliação serena e realista do panorama político brasileiro, em 1981, certamente conduz à constatação de que foi um ano ruim para quem, até há pouco, ainda alimentava alguma ilusão de que caminhávamos firmemente para um regime democrático. Afinal, não bastasse o caráter apenas retórico das promessas democratizantes do general Figueiredo, quase todo seu governo esteve voltado para uma única finalidade: perpetuar, no âmago do poder, a dominação do grupo palaciano. Nem que, para tanto, o Planalto tivesse de cair em contradições flagrantes e se ver obrigado a expurgar um de seus mais importantes medallhões.

Por isso mesmo, de nada valeram as diversas demonstrações de crescente maturidade, especialmente nos momentos mais difíceis, por parte da sociedade civil. Pois, na prática, a distensão não passou de simples slogan utilizado por dirigentes, tecnocratas, militares e parlamentares governistas para impor uma cortina de fumaça sobre um Estado centralizador e autocrático, gigantesco e paquidérmico, multifacetado e ineficiente, corroído por violentas disputas internas por mais privilégios e mais mordomias.

Basta ver, por exemplo, as diferentes nuances do acontecimento que monopolizou todas as atenções no decorrer do primeiro semestre: o até hoje inexplicado atentado terrorista do Riocentro, onde o evidente envolvimento de dois militares gerou as inevitáveis tensões decorrentes da pretensão das Forças Armadas, enquanto corporação, de se situarem acima de qualquer avaliação judicial. Nem o presidente da República teve força suficiente para fazer prevalecer a sua vontade, nem a cúpula militar conseguiu esconder suas divergências do público externo. Daí a crise que envolveu até mesmo um dos mais respeitados órgãos judiciários nacionais, o STM, onde o almirante Júlio de Sá Bierrenbach foi duramente contraditado por três generais, apenas porque duvidara da autenticidade das provas e das conclusões do inquérito elaborado pelo I Exército.

Como toda provocação, o atentado do Riocentro tinha um objetivo torpe: tumultuar a democratização, uma vez que em todo e qualquer sistema político aberto os bolsões radicais são isolados pela comunidade, do mesmo modo como os órgãos de segurança e informações são submetidos à lei. Daí, igualmente, o bate-boca entre dois condôminos do Planalto, os generais Otávio Medeiros e Golbery do Couto e Silva. Interessados em tratar aquele ato terrorista de conformidade com suas conveniências na luta pelo poder, preparando-se para a sucessão presidencial de 1984, não puderam evitar a colisão de interesses e ambições.

Desta vez, para surpresa da Nação, perdeu o doutor Strangelove brasileiro — como se tornou conhecido o general Golbery desde o tempo do marechal Castelo Branco, dada sua semelhança com o personagem interpretado por Peter Sellers num dos filmes fantásticos de Stanley Kubrick, onde personifica um dirigente profundamente marcado pela obsessão da dominação política. Com sua queda da chefia da Casa Civil, nem a República entrou em colapso nem o próprio general Figueiredo se tornou mais desconfiado. Se o antigo criador do SNI, paradoxalmente derrubado pelo monstro que ajudou a montar, impunha ao governo uma tortuosa lógica política, seu sucessor, o ministro Leitão de Abreu, voltou aos poucos saudosos tempos do general Médici: valendo-se dos decantados projetos-impacto e manipulando os instrumentos de comunicação, conduziu o presidente da República a uma aventura populista e demagógica, como ficou evidenciado no caso da adoção do usucapião para terras urbanas e rurais e no caso das estradas para o escoamento da produção.

Diante de todos esses fatos e dessas concessões, o enfarte do general Figueiredo tem um significado especial. Em primeiro lugar, porque a Nação demonstrou todo seu apreço mais pela figura humana de seu mandatário do que ao estadista que jamais foi. Em segundo lugar, porque a oposição se comportou de modo exemplar, negando-se a fornecer pretextos aos que clamavam pela conveniência de uma solução militar. Em terceiro lugar, finalmente, porque o vice-presidente Aureliano Chaves também esteve à altura de seu papel: comportou-se com tato e dignidade, conseguindo deixar suficientemente claro que um civil pode ocupar o Planalto tão bem quanto um militar, dentro da lei.

Esta menção à legalidade, contudo, é decisiva para a compreensão dos acontecimentos políticos de 1981. Pois, já pressionado pelos ecos do Riocentro e desgastado pela luta surda que levou ao expurgo do chefe da Casa Civil, o presidente da República não soube — ou não quis — resistir às pressões daqueles a quem a abertura vinha fechando o caminho para o poder supremo. Sem nenhum pretexto, exceto um resmungo tardio e intempestivo diante da decisão soberana do Congresso de derrubar as sublegendas nas eleições para os governos estaduais, ele recrudescceu: impôs um pacote que não se limita a tentar transformar o pleito de 1982 num jogo de cartas quase marcadas, mas que vai além. Ou seja: devolve à vida nacional os usos e costumes do caciquismo e do clientelismo da República Velha, ao mesmo tempo em que amplia as condições para a perpetuação da autocracia de um Estado dissociado de sua sociedade e abre caminho para vocações ambiciosas e arbitrárias.

Por tudo isso, se 1980 ainda deixara algumas esperanças quanto às possibilidades de uma efetiva democratização do País, apesar das consequências da tensa greve do ABC, da contundência dos discursos de muitos comandantes militares e dos próprios conflitos interministeriais, 1981 chegou ao fim eliminando muitas ilusões. Portanto, 1982 começa sem originalidade e sem democracia, mas com casuísmos e pragmatismos. Resta, no entanto, a esperança de que a Nação encontre os meios de frustrar a conspiração dos que não a querem livre e democrática.

4 JAN 1982

J. Tardes